

Estudo Técnico Preliminar 66/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 23422.010304/2020-21

2. Descrição da necessidade

O Objeto deste estudo trata-se da segunda etapa de construção do Edifício Multiúso da UNILA - Bloco de Aulas 2 .

Atualmente a UNILA não possui campus próprio para seu funcionamento e utiliza como alternativa a locação de vários imóveis em diferentes áreas da cidade. Tal situação eleva de forma significativa o custeio com valores de aluguéis em estruturas provisórias. A Universidade enfrenta hoje o desafio de conquistar sua autonomia em infraestrutura.

Alinhado a necessidade de consolidação de infraestrutura própria, foi desenvolvido o Plano Inicial de Edificações, que consiste na proposta de implantação de novos edifícios no terreno de matrícula nº 88.748 localizado na Av. Tancredo Neves, 3147, no qual a UNILA é proprietária.

Tal Plano foi submetido à apreciação do CONSUN – Conselho Superior da UNILA, processo administrativo 23422.007208/2019-02, e aprovado com a indicação da necessidade de construção, entre outras, de edificação com fins acadêmicos e administrativos, o Edifício Multiúso.

A partir do programa de necessidades da UNILA, a Secretaria de Implantação do Campus desenvolveu o projeto do Edifício Multiúso, que é composto pelo Bloco de Aulas 01 (2.444,13m²) e Bloco de Aulas 02 (2.439,88m²), com 2 pavimentos cada. Os blocos que compõem o Edifício Multiúso são interligados por uma passarela entre os pavimentos superiores e uma única rampa coberta, que dá acesso ao pavimento superior de ambos os blocos, totalizando uma área construída de 4.884,01m².

Devido à restrições orçamentárias, a universidade optou por executar o edifício em etapas, sendo que a primeira etapa, correspondente a construção do Bloco de Aulas 01, passarela e rampa de acesso, encontra-se em execução.

A segunda etapa, que é objeto deste estudo, consiste na construção do Bloco de Aulas 02 e a cobertura entre os blocos (2.439,88 m²).

É necessário ressaltar que ter espaços próprios adequados para as atividades acadêmicas e administrativas é a alternativa real para a liberação gradual dos espaços locados, diminuindo o número de sedes provisórias, e consequentemente, os valores despendidos com aluguéis e consolidação de sua autonomia em infraestrutura. Com a construção do Bloco de Aulas 02, será possível transferir atividades de uma das sedes acadêmicas, reduzindo área de espaços locados.

Assim, faz-se necessária a contratação de empresa de engenharia para execução da Segunda Etapa do Edifício Multiúso da UNILA - Bloco de Aulas 02, mediante regime de empreitada por preço global, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos contratuais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECIC - Secretaria de implantação do Campus	Aref Kalilo Lima Kzam

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Requisitos para habilitação

Para fins de habilitação das empresas na licitação da edificação, deverá ser previsto no edital de licitações, em item específico, os dispositivos descritos na Sessão II da Lei 8.666/93 que tratam de documentação relativa a: habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal e trabalhista; comprovação de não contratar menor de idade.

4.2. Requisitos da forma de execução das obras e serviços

As obras e serviços deverão seguir a normatização técnica nacional, bem como as normas e instruções ambientais emanadas pelas entidades federais como IBAMA e CONAMA (em especial a resolução 307/2002 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais), estaduais e municipais.

4.3 Despesas legais

Correrá por conta exclusiva da contratada todas as despesas legais relativas à obra de construção, e seu funcionamento, tais como, licenças, emolumentos, taxas de obra e da edificação, registros em cartório, impostos federais, estaduais e municipais, seguros contra incêndio e de responsabilidade civil, contratos, selos, despachante e outros referentes a legislação da obra.

Em caso de necessidade de revalidação da aprovação dos projetos, esta será de responsabilidade da contratada.

A contratada deverá apresentar A.R.T. do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou R.R.T. do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), referente à execução da obra, com as respectivas taxas recolhidas, no prazo de até 15 dias úteis após a emissão da ordem de serviço.

4.4 Requisitos de entrega e garantia.

O recebimento das obras e serviços objeto deste estudo obedecerá ao disposto nas alíneas 'a' e 'b' do inciso I do artigo 73 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

A lavratura da aceitação e recebimento das obras e serviços não exime a contratada, em qualquer época, das garantias concebidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições contidas no artigo da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que definem um prazo de 05 anos como garantia da obra.

A contratada entregará à fiscalização da UNILA toda a documentação referente as garantias, assim como todos os certificados de garantia oferecidos pelos subempreiteiros e fornecedores, os quais sempre deverão ser emitidos em nome da UNILA.

A contratada deverá prestar garantia dos serviços executados, comprometendo-se a refazer e/ou corrigir, sem ônus adicional para a UNILA, quaisquer erros decorrentes da execução dos serviços.

Durante o período de garantia, o atendimento às notificações de defeitos ou falhas apresentados em qualquer dos serviços realizados deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da notificação feita por esta Universidade e o prazo para solução do problema será estipulado pela UNILA de acordo com a natureza do problema apresentado.

4.5 Requisitos legais

Atendimento aos princípios constitucionais da Administração Pública, e as seguintes normas:

- LEI 8.666, de 21 de Junho de 1.993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- DECRETO Nº 9.450, DE 24 DE JULHO DE 2018 que institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de

vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal.

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018 que dispõe sobre cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Além das informações contidas no projeto (desenhos, planilhas, especificações técnicas), os serviços deverão atender também às condições ou exigências contidas nas últimas revisões, ou últimas edições, dos seguintes documentos:
- normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- normas estrangeiras (ASTM, DIN, NFPA, etc.) no caso de omissão de normas nacionais relativas ao objeto da especificação, ou quando mencionadas;
- normas, *guidelines*, *standards* ou exigências específicas da UNILA;
- manuais, catálogos técnicos, publicações ou qualquer outro documento com especificações, instruções e recomendações do fabricante/fornecedor dos materiais ou serviços de associações representativas do grupo de fabricante/fornecedores;
- Legislações Federais, Estaduais e Municipais; com especial atenção a legislação ambiental pertinentes ao objeto da especificação.
- catálogos e manuais técnicos de aplicação, instalação, manutenção etc., do fabricante /fornecedor do material/serviço.
- normas regulamentadoras ou qualquer outra legislação pertinente do Ministério do Trabalho.
- norma regulamentadora – NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção – Portaria nº 04 de 04.07.95, Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho – DOU de 07.07.95, ou versão mais recente, se houver.
- legislação ambiental pertinente, em especial a Resolução CONAMA 307/2002 que dispõe sobre gestão dos resíduos da construção civil.

5. Levantamento de Mercado

Os custos para a contratação do presente objeto deverão ser obtidos a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto e especificações técnicas que integrarão o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, em atendimento ao Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa de engenharia para execução da segunda fase de construção do Edifício Multiúso da UNILA - Bloco de Aulas 02, no terreno de matrícula nº 88.748, localizado na Av. Tancredo Neves, 3147, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, mediante regime de empreitada por preço global, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos contratuais.

O Edifício Multiúso, foi planejado para Salas de Aula e Salas Administrativas, com uma área total de 4.884,01m² de área construída. A estrutura está dividida em dois blocos distintos, identificados como Bloco de Aulas 01 e Bloco de Aulas 02, ambos com dois pavimentos, unidos por uma passarela de ligação entre os pavimentos superiores e rampa de acessibilidade. Esta edificação complementa um complexo existente neste mesmo terreno, destinado ao Alojamento Estudantil e Centro de convivência para atendimento de estudantes da UNILA.

O Bloco de Aulas 01 encontra-se em construção com previsão de entrega provisória em Março/2021, podendo ser acrescido a este prazo até 75 dias para a entrega definitiva. O objeto deste estudo é o Bloco de Aulas 2 que possui área total de 2.439,88m². O bloco está dividido em pavimento térreo e pavimento superior. No pavimento térreo, cuja área é de 1.111,04m², estão previstas salas de aula para 50 alunos, sendo 06 unidades com essa configuração e salas para 25 alunos, sendo 02 unidades neste formato. Neste pavimento ficarão ainda o Hall de Entrada, Protocolo Central e pequena área de convivência, com cantina e copa, além das instalações básicas sanitárias e de serviços.

O pavimento superior do Bloco de Aulas 02, com área de 1.127,93m², possui 04 salas de aula para 50 alunos e 01 sala para 25 alunos, além de espaços voltados às atividades administrativas, como sala de apoio ao curso, sala administrativa, 11 salas para até 03 professores e 03 salas para atendimento individualizado. Da mesma forma, nesse pavimento são contempladas instalações básicas sanitárias e de serviços.

Na área construída desse bloco, considera-se uma cobertura em estrutura metálica, com telhas térmicas e translúcidas, com extensão de um bloco ao outro, fazendo a proteção da rampa e da passarela, com área de 399,95 m².

No que concerne à acessibilidade, a edificação será atendida por rampa de acesso aos pavimentos superiores e estacionamentos exclusivos, atendendo normas e legislações pertinentes à Pessoa com Deficiência (ABNT NBR 9050/2015), Estatuto do Idoso (Lei 10741/03) e Gestantes (Lei Estadual nº 18.047/2014).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O Projeto Básico deverá apresentar planilha detalhada, baseada no Projeto Executivo, com quantitativos e valores de materiais e mão-de-obra estimados para a execução total da edificação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Considerando que o Bloco de Aula 02 trata-se de um espelhamento do Bloco de Aulas 01, baseado no orçamento estimado do Bloco de Aulas 1 e considerando as alterações de escopo da obra, o valor estimado para a contratação é de R\$ 6.169.557,06 (seis milhões cento e sessenta e nove mil quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos). O custo estimado foi obtido com valores de referência de Julho/2019 e atualizados pelo INCC do período.

ESTIMATIVA DE CUSTO – BLOCO DE AULAS 02		
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO TOTAL (07/2019)
01	ITENS GERAIS	1.045.248,49
02	FUNDAÇÕES	396.264,44
03	ESTRUTURAS DE CONCRETO	924.420,60
04	ALVENARIAS E DIVISÓRIAS	447.889,49
05	IMPERMEABILIZAÇÃO	55.194,47
06	REVESTIMENTO DE PAREDE	506.821,15
07	REVESTIMENTO DE PISO	430.319,58
08	REVESTIMENTO DE FORRO	182.997,13
09	ESQUADRIAS	334.712,40
10	PINTURA	193.432,90
11	LOUÇAS, BANCADAS E METAIS SANITÁRIOS	85.454,89
12	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	301.162,16
13	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	179.791,56
14	INSTALAÇÕES DE COMBATE À INCÊNDIO E PÂNICO	56.582,66
15	INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO E EXAUSTÃO	239.603,53
16	INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÃO	34.092,97
17	COBERTURA	319.334,73
18	SERRALHERIA E MARCENARIA	189.345,61
19	ITENS FINAIS	61.868,74
TOTAL (07/2019)		5.984.537,50
VARIACÃO DO INCC		3,09%
TOTAL GERAL ATUALIZADO		6.169.557,06

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A construção, objeto deste certame, é denominada Segunda Fase de Construção do Edifício Multiúso - Bloco de Aulas 02.

O objeto desta contratação trata-se de uma obra e, reconhecendo que empresas atuam preponderantemente no seguimento no qual se insere a atividade a ser licitada, o parcelamento da solução não se mostra viável. Pois é provável que a adoção de lote único reverterá em ganho de economia de escala.

Outra desvantagem para o parcelamento deste objeto, é que poderá gerar dificuldade futura para atribuição de responsabilidade técnica por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, se surgem trincas nas paredes, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

Portanto, mostra-se mais apropriado para consecução deste objeto o não parcelamento da execução, pois o parcelamento do objeto poderá incorrer em eventuais prejuízos ao todo, perda da responsabilidade técnica, não solução integral da demanda, dificuldade na gestão das avenças e, inclusive, à perda de economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os projetos executivos para construção da segunda fase do Edifício Multiúso - Bloco de Aulas 02 foram desenvolvidos e/ou contratados pela Secretaria de Implantação do Campus, sendo que para a construção da edificação não será necessária contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A construção da segunda fase do Edifício Multiúso - Bloco de Aulas 02 está prevista no Plano Anual de Contratações- PGC 2020 da UNILA e em consonância com a diretriz estratégica institucional 33.1 - Consolidar os espaços universitários próprios - definida no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 da UNILA.

12. Resultados Pretendidos

Disponibilização do Bloco de Aulas 02 para uso, e consequente consolidação e ampliação da infraestrutura física da UNILA por meio da construção de espaços próprios. Obtenção de ambientes qualificados que substituam as estruturas provisórias, para promover condições de desenvolvimento das atividades institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

A UNILA é proprietária do terreno onde será construído o edifício e os projetos foram desenvolvidos ou contratados pela Secretaria de Implantação do Campus. No entanto, é necessária as aprovações dos órgãos externos antes da publicação da fase externa desta contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

As obras e serviços deverão seguir a normatização técnica nacional, bem como as normas e instruções ambientais emanadas pelas entidades federais como IBAMA e CONAMA (em especial a resolução 307/2002 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais), estaduais e municipais.

A empresa contratada deverá elaborar, para o início das atividades os seguintes documentos: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) que demonstrem o gerenciamento de riscos ambientais por parte da empresa.

A contratada deverá emitir mensalmente um Relatório Ambiental, contemplando a Gestão dos Resíduos Sólidos (geração, segregação, acondicionamento, transporte e destinação final), bem como o levantamento e controle dos demais aspectos e impactos ambientais da obra.

Além disso, a contratada deverá observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

Obedecer aos critérios de sustentabilidade previstos no Edital e na legislação vigente;

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;
- Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;
- Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- o gerenciamento dos resíduos originários desta contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

15. Gerenciamento de Riscos

Assim como toda contratação, vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não incluem-se, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.

Risco

Não haver disponibilidade orçamentária

RISCO 01	Probabilidade	Média
	Impacto	Alto
	Dano 1	Não será possível a contratação, o que acarreta em prejuízos pela não construção do Edifício pois haverá a necessidade de continuar tendo gastos com aluguel de espaço para o fim que se destina a edificação, causando impacto no orçamento geral da universidade.

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Buscar base no Planejamento Estratégico da instituição.	Equipe de Planejamento da Contratação

Id	Ação de contingência	Responsável
1	Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual.	Equipe de planejamento da contratação

Risco **Atraso na conclusão da licitação**

Probabilidade Alta

Impacto Alto

Dano 1 Não execução orçamentária para o período previsto. Necessidade de continuidade em contratos de locação de edifícios que atendam a finalidade que se pretende.

Id	Ação Preventiva	Responsável
-----------	------------------------	--------------------

**RISCO
02**

1	Na elaboração dos documentos técnicos e durante a análise das propostas, nomeação de mais pessoas para apoiar a Equipe de Planejamento e Área Técnica	Equipe de Planejamento, Pró-Reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura e Secretário de Implantação do Campus.
---	---	---

Id	Ação de contingência	Responsável
----	----------------------	-------------

1	Elaborar documentos técnicos detalhados para evitar questionamentos durante a licitação.	Equipe de Planejamento e Pregoeiro(a) responsável
---	--	---

Risco	Recursos administrativos procedentes
--------------	---

Probabilidade	Média
----------------------	-------

Impacto	Alto
----------------	------

Dano 1	Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário
---------------	---

RISCO 03

Id	Ação Preventiva	Responsável
----	-----------------	-------------

1	Analisar com extensas diligências propostas mais vantajosa no certame licitatório, reduzindo o risco.	Área técnica de análise de propostas
---	---	--------------------------------------

Id	Ação de contingência	Responsável
----	----------------------	-------------

1	Análise junto ao Pregoeiro(a) quanto aos novos prazos estimados da contratação e verificação de estratégias paralelas	Equipe de Planejamento
---	---	------------------------

ALTA

RISCO 02

MÉDIA

RISCO 01/03

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA

BAIXA

BAIXA MÉDIA ALTA

GRAVIDADE / IMPACTO**16. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, pois com a execução da Segunda Fase do Edifício Multiúso - Bloco de Aulas 02 será possível a liberação de parte dos espaços atualmente locados pela UNILA, assim diminuindo o custeio do orçamento da universidade.

17. Responsáveis

PORTARIA Nº 152/2020/PROAGI

CLARISSA BUSS

Arquiteta e Urbanista

PORTARIA Nº 152/2020/PROAGI

JULIANA DAYENE DE SOUZA NEVES

Engenheira Civil

PORTARIA Nº 152/2020/PROAGI

GIANCARLO TOMAZZONI

Engenheiro Ambiental



Emitido em 30/10/2020

ESTUDOS PRELIMINARES E GERENCIAMENTO DE RISCOS Nº 9/2020 - SECIC (10.01.05.27)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 30/10/2020 20:32)

JULIANA DAYENE DE SOUZA NEVES

ENGENHEIRO-AREA

1750430

(Assinado eletronicamente em 30/10/2020 19:47)

CLARISSA BUSS

CHEFE DE DEPARTAMENTO

2149970

(Assinado eletronicamente em 30/10/2020 20:15)

GIANCARLO TOMAZZONI

ENGENHEIRO-AREA

2160780

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.unila.edu.br/public/documentos> informando seu número: **9**, ano: **2020**, tipo: **ESTUDOS PRELIMINARES E GERENCIAMENTO DE RISCOS**, data de emissão: **30/10/2020** e o código de verificação: **b37b5d5c7c**